

A EXPERIÊNCIA DA *TEORIA* DAS “TESES” NA *PRÁTICA* DA “LAVOURA”: PEQUENOS LAVRADORES, MILITANTES COMUNISTAS E LUTA PELA TERRA NO SERTÃO CARIOCA (1945-1964)

Leonardo Soares dos Santos¹

Resumo: Este artigo trata da intervenção das organizações políticas camponesas na produção agrária e conflitos rurais no cinturão verde do Rio de Janeiro. Durante a Era Populista (1945-64) na zona rural desta cidade, uma urbanização intensiva das áreas agrícolas mudou as relações de produção e as formas de ocupação da terra. Os territórios entre a frente urbana e os locais suburbanos foram rápida e intensamente ocupadas por residências e indústrias. Não-intencionalmente ou intencionalmente, isso destruiu muitas das antigas plantações e práticas tradicionais. Os pequenos lavradores começaram a resistir contra aquela expropriação e exploração. Para tanto, eles criaram várias organizações camponesas na zona rural: Sindicatos rurais, Ligas Camponesas, Cooperativas, Associações de Pequenos Lavradores, Intendências Agrícolas. Nos anos 1920 e 1930, aquelas organizações acima privilegiaram as dimensões econômicas da produção. Desde os anos 1940, em paralelo com um extraordinário crescimento no número de organizações, houve um engajamento daqueles agentes nos conflitos de terra e nos movimentos sociais rurais. Além da expansão urbana, a decisiva atuação do PCB (Partido Comunista do Brasil) foi uma causa dessa mudança.

Palavras-Chave: organizações camponesas; sertão carioca; movimentos sociais.

THE EXPERIENCE OF THEORY OF THE “TESIS” IN PRACTICE OF AGRICULTURE: FARMERS, COMMUNISTS MILITANTS AND FIGHT FOR LAND IN SERTÃO CARIOCA (1945-1964)

Abstract: This article deals with peasant unions intervention in agrarian production and rural conflicts in Rio de Janeiro's greenbelt (Sertão Carioca). During the Populist era (1945-64) in rural zone of this city, intensive urbanization in agriculture areas changed relations of production and land occupation. The territories between the urban front and the suburban places were quickly and intensively occupied both by housing and industries. Unintentionally and intentionally, it destroyed many of the old plantations and traditional practices. The little planters begin to resist against that expropriation and exploitation. Therefore, they created several peasant unions in rural zone: Sindicatos rurais, Ligas Camponesas, Cooperativas, Associações de Pequenos Lavradores, Intendências Agrícolas. In the 1920s and 1930s, those organizations above take a close look at the economic dimensions of production. Since 1940s, in parallel with an extraordinary growth in number of organizations, there was a engagement of that agencies in land conflicts and rural social movements. Besides urban expansion, the decisive performance of PCB (Brazilian Communist Party) was an important cause for this change.

Keywords: peasant unions; sertão carioca; social movements.

* O texto faz parte de uma pesquisa de 2012 financiada pela FAPERJ. O título: "Militantes comunistas do Sertão Carioca".

¹ Professor Associado do curso de História da Universidade Federal Fluminense/Unidade Campos dos Goytacazes. Email: leossga@gmail.com

Introdução

Um dos melhores trabalhos a respeito da atuação de militantes políticos como mediadores de movimentos sociais camponeses foi, sem dúvida, *As lutas camponesas do século XX*, trabalho clássico do antropólogo Eric Wolf. Nele, o autor empreende um estudo sobre seis casos de “rebelião e revolução” ocorridos no México, Rússia, China, Vietnã, Argélia e Cuba. Em todos eles os camponeses foram, segundo Wolf, os principais personagens (WOLF, 1972). Para a análise sobre a participação política dos camponeses nesses países, o autor incorpora à sua problemática um conjunto de questões muito semelhante ao que identificamos na literatura sobre a temática.

Uma outra questão importante tem a ver com os grupos que fazem a mediação entre os camponeses e segmentos da sociedade da qual faz parte, como são os casos de fazendeiros, comerciantes, dirigentes políticos e sacerdotes (HOBSBAWN & RUDÉ, 1987). Eu acrescentaria a categoria dos advogados, que no exemplo do Sertão Carioca, desempenharam um papel fundamental na configuração dos litígios entre pequenos lavradores e pretensos proprietários.

O tipo de militante aqui analisado era basicamente aquele que pertencia aos quadros do Partido Comunista do Brasil (PCB). Sendo assim, faz-se necessária uma breve reconstituição das linhas que guiaram a atuação do partido entre 1945 e 1964.

Cabe ainda explicar o que seria o Sertão Carioca. Era assim chamada o território que compreendia a antiga zona rural do município do Rio de Janeiro. Esse termo foi popularizado perto de meados da década de 1930 pelo naturalista Magalhães Correa (1936). Essa região abarcava as freguesias (regiões administrativas) rurais de Jacarepaguá, Campos Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Irajá. Curiosamente, o termo cairia em desuso antes mesmo da região perder quase que por completo suas características rurais, isso por volta do final da década de 1980. Já no decênio anterior a região passaria a ser denominada de Zona Oeste.

Um detalhe muito importante da história da denominação do Sertão Carioca é que ele seria ressignificado pelos próprios movimentos de luta por terra dos pequenos lavradores cariocas: se com Correa o termo Sertão destacava a situação de atraso da região, com os pequenos lavradores ele passa a ser o símbolo de um território de disputas sangrentas e alvo de violência por parte de grileiros. Ao mesmo tempo, Sertão era também a reafirmação de um

certo projeto de desenvolvimento para a zona rural, na medida em que Sertão Carioca era tratado como um Cinturão Verde, a ser preservado.

As linhas políticas do PCB

Foi a partir da Conferência da Mantiqueira, em 1943, que o PCB começou a oficializar a linha de “união nacional em torno do governo” (RODRIGUES, 1986: 408; PRESTES, 2001). Linha que será mantida mesmo depois da queda de Getúlio em 45 e perdurará pela primeira metade do mandato presidencial do General Dutra. A preocupação fundamental da liderança comunista era garantir a realização das eleições e a convocação da Assembleia Constituinte. O PCB propunha a formação de uma ampla frente nacional que reunisse todos os antifascistas e “patriotas sinceros”.

Na realização progressiva pacífica, dentro da ordem e da lei, de um tal programa, está sem dúvida a única saída para a grande crise política, econômica e social que atravessamos. E é por estarmos convencidos disto que, num gesto de lealdade e de superior patriotismo, estendemos a mão a todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros, seja qual for sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos. Só assim alcançaremos a verdadeira *união nacional* sem a qual seremos presa fácil do fascismo e dos agentes do capital estrangeiro mais reacionário que, na defesa de seus interesses, fomenta a desordem e prega a desunião, geradora do caos e da guerra civil que precisamos a todo transe evitar (CARONE, 1982: 4).²

As lutas de teor mais virulento dos trabalhadores passavam a ser tratadas com sérias reservas por parte dos comunistas. Dentro desse espírito, Prestes dizia num dos seus primeiros discursos depois da anistia concedida por Getúlio Vargas que “o Partido Comunista não deixou de apontar ao povo o caminho da ordem e da tranquilidade. Mostrava e dizia aos operários: - é preferível, companheiros, apertar a barriga, passar fome do que fazer greves e criar agitações (...)” (RODRIGUES, 1986: 409).

A linha do partido mudaria radicalmente com a instauração de sua ilegalidade em 7 de maio de 1947, determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral. A repressão aos militantes e às organizações comunistas é assim legalmente sancionada. No Distrito Federal, a polícia fechou

² Sobre este período ler também o excelente trabalho de Organista (2001).

imediatamente os jornais *Classe Operária* e o *Tribuna Popular*, assim como a “Liga Camponesa do DF” e vários sindicatos liderados por pecebistas.³ Para que continuasse tendo seu jornal em circulação, o Comitê Central utilizou um “expediente tático”, mudando o nome de *Tribuna Popular* para *Imprensa Popular* (MORAES, 1994: 66).

Em termos políticos, a tese da solução por “meios pacíficos” dá lugar a da “luta sem tréguas” contra o capitalismo (CARONE, 1982: 6). Conforme nos diz Leôncio Rodrigues: “O governo Dutra, que há alguns meses os comunistas se declaravam prontos a apoiar, foi classificado de ‘governo de traição nacional’, sendo uma ditadura ‘a serviço do imperialismo norte-americano’” (RODRIGUES, 1986: 413). Tal linha ganharia melhor formulação no “Manifesto de Agosto” de 1950. Nele o PCB expunha sua convicção de que “as contradições básicas no país – entre as forças do campo democrático e as forças do campo imperialista – só será resolvida favoravelmente às massas trabalhadoras através de lutas revolucionárias e não por uma saída parlamentar ou eleitoral” (RODRIGUES, 1986: 414).

Para alguns autores, como Moraes, a estratégia insurrecional adotada pelo PCB teria agravado seu isolamento em relação às massas (MORAES, 1994: 84). Ao lermos alguns relatos de militantes do partido que atuavam na época, é sempre ressaltada a dificuldade que tinham em fazer com que segmentos do campo aceitassem a proposta de luta armada do PCB. Um desses militantes, Lyndolpho Silva, que agia junto aos camponeses e trabalhadores rurais do Sertão Carioca, declara que o “Manifesto de Agosto”

estava em correspondência muito grande à orientação política do Partido que era efetivamente se preparar para a tomada do poder, era a revolução para a tomada do poder [...] isso influiu de certa maneira no Partido [...] a militância do Partido teve preocupação com isso. E não aceitou, não chegou a fazer essa coisa toda ... e foi desaparecendo lentamente [...] a massa não aceitava, isso que é a verdade (SANCHES, 2000: 52-53).⁴

³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Doravante APERJ). Fundo Departamento de Ordem Política e Social (Doravante DOPS) – Série COMUNISMO: “Fechamento do Partido Comunista”. fl. 467

⁴ Diz ainda José Leandro, um militante do PCB que atuava no interior do Ceará, que tinha reunido “um bom número de camponeses e chamava eles para uma luta mais forte, no rumo da citada pelo Manifesto de Agosto. Eu dizia que nós podíamos chegar a fazer a Reforma Agrária no pulso e tomar as terras dos latifundiários pela força [...]. Aí ele (João Gomes disse “companheiro, você pode desde já me botar fora desse negócio, me tire dessa lista...”. Isto não foi só na Serra do Araripe que encontramos oposição àquela orientação que levávamos (...) Não encontramos nenhuma condição para uma luta armada”. Leandro (1988: 62-3). Nazareno Ciavatta narra de forma semelhante as dificuldades que encontrou para aplicar a linha do “Manifesto” em Ribeirão Preto: “Claramente, não aceitavam. Eles não tinham condições para isso. Eu procurava inicialmente seguir a orientação e dizia a eles que os fazendeiros não pagavam, abusavam deles, a polícia prendia, e que só mesmo fazendo uma revolução iria resolver aquele estado de coisas. Um camponês disse para mim: ‘Olha, Ciavatta, se nós não temos força para obrigar os fazendeiros a pagar os salários e cumprir as leis trabalhistas, para

Eram escassos os exemplos que confirmavam a viabilidade do “Manifesto de Agosto” como alternativa bem-sucedida de contestação política (MEDEIROS, 1998: 216). Além do que, os movimentos que se apoiavam na luta armada eram ferozmente reprimidos. Os movimentos que envolveram resistência armada e que tiveram alguma repercussão foram os que aconteceram na Linha 9 de Abril em Américo de Campos (São Paulo), em Campo Mourão (Paraná), em Canápolis (Triângulo Mineiro) e Trombas e Formoso (Goiás). Mas o exemplo máximo dessa época - início da década de 50 - foi o levante de posseiros de Porecatú no norte do Paraná. A sua repressão contou com os esforços de diversas esferas do governo (municipal, estadual e federal), mobilizando as polícias militares e políticas não só do Paraná como de São Paulo e do Distrito Federal. É preciso, portanto, que ao considerarmos a pouca adesão ao “Manifesto” por parte da sociedade, destaquemos também o papel da repressão que se dava por diversas frentes, desde a estatal (exército, polícia militar e política) até a representada pelos aparelhos da sociedade civil (“grande” imprensa, Igreja, alguns sindicatos etc.).

Há um outro detalhe muito importante a se destacar, embora não possamos nos estender o necessário sobre ele: é pouco provável que mesmo naquelas áreas onde tenham havido resistências armadas, o “Manifesto” tenha servido como principal fonte de inspiração. Em primeiro lugar, com exceção talvez de Canápolis, todas as outras áreas eram consideradas como regiões de “fronteira aberta”, onde era muito comum que homens andassem armados (HOBSBAWM, 1997: 228).

Em segundo, há indícios de que os levantes tenham ocorrido inicialmente sem qualquer influência de militantes do PCB. Em verdade, esses teriam sido atraídos a atuarem nessas áreas pela repercussão que tais eventos acabaram tomando. Sobre Porecatú, por exemplo, Irineu Moraes, militante comunista que lá atuou, declara que antes da sua chegada “já tinha acontecido luta[armada] lá e o partido chegou depois”, em meados de 1950 (WELCH & GERALDO, 1992: 117). Ou seja, cabe indagarmos se os “camponeses” dessas áreas não teriam optado pelo recurso às armas por conta própria, com base numa tradição local. Finalmente, é possível que em alguns casos os próprios militantes do partido, especialmente os

derrubar o governo vai ser ainda mais difícil’. Daí eu percebi que o Partido estava errado”. Ver Costa (1995: 97).

advogados e os “intelectuais”, tenham recorrido a outros textos que não o do “Manifesto” para legitimar aos olhos dos “camponeses” o uso da força (entenda-se pegar na foice ou na espingarda) para defender “sua posse” contra as ameaças de despejo. Portanto, não nos parece fora de propósito que alguns deles tenham recorrido ao artigo 502 do Código Civil, que dispõe o seguinte: “O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria fôrça, contanto que o faça logo” (BRASIL, 1940: 983; GRZYNSZPAN, 2001: 23-4).

No caso do Sertão Carioca, a cobertura que a imprensa comunista faz sobre os conflitos de terra no início da década de 50 faz pouquíssimas referências ao “Manifesto de Agosto”, mesmo em situações onde havia grandes possibilidades de haver resistência armada. Assim, o *Imprensa Popular* destacava a promessa que Cirilo Ribeiro, lavrador ameaçado de despejo na Fazenda Guandu, teria feito: “Estarei de foice na mão para defender meus direitos”. O jornal ainda informava pela sua manchete que Cirilo e seus companheiros de lavoura estavam dispostos a defender “a terra com o próprio sangue”. Mas nenhuma referência era feita em relação a qualquer princípio do “Manifesto” (*Imprensa Popular*, 11/11/53: 8). O certo é que se em algumas regiões como o noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Goiás, o PCB tentava implantar por meio das ações armadas de posseiros e arrendatários as “frentes democráticas de libertação popular”, em regiões como Baixada Fluminense e Sertão Carioca as ações de resistência orientadas pelos comunistas se desenvolveram com base nos textos legais. Aqui os posseiros se preocupavam em como articular a reivindicação do usucapião a partir do código civil (MEDEIROS, 1998: 217).

De certa forma, a ênfase que os comunistas dariam ao termo *resistência* servia como um dos elementos de autocritica aos princípios consagrados na linha da “União Nacional”.⁵ Se nesta linha, os insistentes apelos à Ordem pareciam indicar a defesa de um comportamento de classe que se pautasse pela *passividade* – até porque, segundo o PCB, o povo brasileiro já tinha mostrado que “sabe sofrer em silêncio, com altivez e resignação” (CARONE, 1982: 32), na linha do “Manifesto” serão consagradas noções exatamente opostas, compatíveis com o caráter *insurrecional* de uma orientação radicalmente voltada para a tomada do poder. Uma

⁵ Nos anos imediatamente após a decretação da ilegalidade em maio de 1947, o Partido utilizava seus órgãos de imprensa para um duplo objetivo: construir progressivamente uma nova linha política e proceder a uma verdadeira devassa sobre a antiga linha por meio de uma série de “auto-críticas”. Prestes assim caracterizaria a atuação do PCB durante os “anos da legalidade”: “enveredamos pelo caminho do oportunismo e do reformismo e substituímos a luta de classes pela colaboração de classes, razão por que não podíamos ter consequência no trabalho de massas, nem organizar solidamente o proletariado, os camponeses, as mulheres e os jovens”, (*Problemas*, agosto-setembro/1949: 33).

dessas noções será exatamente a de *resistência*, que tinha exatamente na *luta em defesa* de algo um dos seus significados.⁶ Porém, no caso do campo, ela não se dava apenas pela via das armas – embora fosse vista pela ótica do “Manifesto” como “forma superior de luta” -, como também pela organização de greves (parciais e totais), pequenos protestos e pela criação de entidades, pelas próprias “massas camponesas”, para a defesa de suas reivindicações (*Problemas*, agosto – setembro/ 1949: 25-40). Para Oto Santos, quadro “camponês” do PCB, durante os anos de 1948 a 1950, ocorreriam

Dezenas de greves de colonos de café e de assalariados agrícolas, inúmeras e combativas ações de arrendatários e meeiros, revelavam que os camponeses e trabalhadores agrícolas não estavam dispostos a aceitar passivamente a exploração a que os submetiam os latifundiários.(...)

Durante 9 meses os posseiros de Porecatú (...) resistiram ao assalto das forças mercenárias dos latifundiários e do governo, levando-as algumas vezes à derrota (SANTOS, 1954: 47).

E na ótica dos comunistas foi sob o signo da *resistência* (luta por direitos) que os “camponeses”, “sob a direção” do PCB – como insistiam em observar -, surgiram na “arena política brasileira” (SANTOS, 1954: 46)⁷ Mas é também verdade que o termo *resistência* estaria muito mais associado às ações da categoria dos “posseiros”. Isso talvez se devesse ao fato de que a luta do “posseiro”, que teimava em permanecer na terra, resistindo “com audácia e coragem” às violências e arbitrariedades de “grileiros”, que contavam com a força de capangas e da polícia, fosse a que melhor simbolizasse a luta da nação contra o avanço cada vez maior das forças feudais e imperialistas, que empurrava as massas para uma situação cada vez mais “miserável” e “humilhante”. Um último ponto a se destacar, é que os comunistas procuravam equacionar num mesmo discurso a defesa da participação ativa dos “camponeses” e a necessidade dela ser “dirigida” pela “vanguarda do Partido”. Isso fica bem claro nas palavras de Oto Santos: “É necessário que os camponeses tenham ilimitada confiança em nosso Partido, mas isto deve decorrer de sua própria participação ativa nas lutas onde

⁶ No dicionário *resistência* significa também “defesa/Força que se opõe a outra, que não cede a outra”. E *Resistir* é “oferecer resistência; não ceder; opor-se, fazer face a; defender-se; recusar-se; não sucumbir”. In *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 1986.

⁷ Por certo, essa foi uma das razões para que logo após o golpe de 64 o governo tenha decidido proibir a imprensa de utilizar a palavra “camponês”. Cf. Lage (1979: 53).

comprovem a justeza de nossas palavras de ordem, nossa capacidade de dirigir e de organizar, nossa abnegação à frente de suas lutas” (SANTOS, 1954: 50).

Ao mesmo tempo, o partido era levado dia após dia a discutir temas de interesse mais imediato (nacionalização do petróleo, por exemplo) e que já eram objeto de discussão por parte de forças políticas que rivalizavam com ele junto aos trabalhadores (CARONE, 1982: 7). As bandeiras de luta do PCB passarão a partir desse momento a girar em torno de questões do desenvolvimento nacional e novamente se cogitará da eficácia de lutar pelas transformações sociais pela via institucional.

Com a realização do IV Congresso (dezembro/54-fevereiro/55) a linha do “Manifesto” seria em grande parte ratificada. Porém os comunistas fariam a revisão crítica de algumas posições assumidas no “Manifesto de Agosto”. Acreditavam, por exemplo, que as lutas camponesas dirigidas pelo partido só não tinham sido maiores devido às tendências sectárias consagrada pelo “Manifesto”. Para alguns parecia ser suficiente corrigir algumas daquelas tendências para que, aí sim, o PCB irrompesse a revolução no campo. Segundo o testemunho de Oto Santos: “Corrigindo as tendências sectárias, particularmente sob a inspiração do atual Programa do Partido, temos avançado e obtido importantes êxitos na conquista das massas camponesas e na luta pela formação da aliança operário-camponesa” (SANTOS, 1954: 48).

No seu programa para o campo, o partido defenderia a necessidade de “trabalhar com todos os camponeses, inclusive com os camponeses ricos”. O que implicava na introdução de um novo princípio pelo partido: a não confiscação de capitais e de empresas da burguesia nacional. Com isso, o partido começa a ensaiar uma aliança com esta burguesia para efetivar a revolução democrática e nacional libertadora (MARTINS, 1981: 83-4).

No plano político, o partido voltaria a atuar nos sindicatos e comporia alianças político-eleitorais, principalmente com o PTB. Numa Convenção deste em 1955, Prestes apelaria para a união entre os dois partidos, o que segundo ele “traduziria os anseios de operários e camponeses”, até porque “juntos, temos lutado enfim, trabalhistas e comunistas, em defesa dos sindicatos, da previdência social, da legislação trabalhista, em defesa das liberdades e da Constituição, contra as ameaças de golpes de Estado e militares” (*Problemas*, maio-junho/1955: 6).

A volta da política de alianças do PCB seria oficializada com a “Declaração política” de 1958. Esta, por sinal, representaria uma reformulação quase total da linha adotada no

“Manifesto de Agosto”. O PCB entendia que o Estado brasileiro não era ocupado somente por latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo norte-americano, mas também ocupado por uma burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. A principal decorrência desse tipo de diagnóstico era de que a revolução brasileira não podia se dar através da imediata liquidação do regime econômico-social existente, mas somente mediante a gradual acumulação de reformas profundas dentro do atual regime, ou seja, o alargamento cada vez maior da legalidade democrática que seria viabilizada somente com a constituição de uma “Frente Única”. O PCB sinalizava a partir daí que seus esforços estariam concentrados para as ações de cunho parlamentar, especialmente as que dissessem respeito às “reformas democráticas” da Constituição de 1946 (RODRIGUES, 1986: 428). Se já em 1954 o papel das alianças políticas ganhava relevo, neste momento, em que as vitórias no campo eleitoral passam a ser consideradas de maior relevância do que as ações extraparlamentares, o PCB não hesitará em consolidar e ampliar suas alianças (ou “concessões ideológicas” para alguns),⁸ até mesmo com a incorporação de forças políticas antes tidas como conservadoras, caso do PSD e PSP, e figuras como Tenório Cavalcanti e Ademar de Barros. No entanto, a ligação mais intensa se dá, sem dúvida, com o PTB. A identidade entre os dois partidos não ficaria apenas no plano estratégico-eleitoral, mas também no plano ideológico. Passa a ser difícil distinguir o discurso e o projeto de cada um. Quanto à questão agrária, por exemplo, os comunistas demonstram ter uma visão sobre os problemas do campo bem semelhante à exposta no projeto de reforma agrária do deputado petebista Fernando Ferrari. Não à toa que a cobertura feita pela imprensa comunista da I Conferência dos lavradores do Distrito Federal, destacará que os organizadores do evento se dispuseram a convidar para o “conclave” diversos deputados, senadores, autoridades, “particularmente o deputado Fernando Ferrari, autor do projeto de Reforma Agrária que tramita[va] na Câmara Federal, base de toda a discussão” (*Imprensa Popular*, 19/03/58: 4). O jornal destacava também a presença de “considerável número de lavradores” e de “diversos” deputados, sendo que estes diversos eram todos do PTB (*Imprensa Popular*, 26/04/58: 1).

⁸ Segundo Maurício Grabois – que seria mais tarde um dos criadores do PC do B –, a “Declaração de março” era a oficialização da defesa por parte do partido de “uma linha oportunista de direita”, (*Novos Rumos*, “seção tribuna de debates”, 22-28/04/1959: 2).

Os militantes da “cidade” no Sertão

Quando o assunto é o papel da militância política, e no caso em tela, aquele que se dava no Sertão Carioca, temos que nos perguntar primeiramente que militantes eram esses? Não é muito difícil perceber que eles eram em grande parte quadros do PCB. Mas então uma outra pergunta se faz necessária: qual a influência que esses quadros tiveram nos conflitos de terra na região e, de forma mais específica, no processo de mobilização e organização dos pequenos lavradores cariocas? A resposta, e é essa a única certeza que podemos ter, não é nada simples. Há os que defendem que o alcance da atuação do PCB foi muito grande entre os camponeses, em que pese os vários “erros” e “fracassos”. Esse é o tipo de fala muito comum entre ex-militantes.⁹ Do outro lado, um tanto curiosamente, há aqueles que proclamam ter sido ínfima a influência dos pecebistas (SANTOS, 1954; PEDROZA, 2003).

A meu ver, em primeiro lugar, os dois lados pecam pela falta de um certo distanciamento exigido pelo trabalho de crítica histórica; em seu lugar, tem-se um discurso visivelmente preocupado em marcar posição em face de um “acerto de contas” com o passado do antigo Partidão. Em segundo, as duas versões, mas principalmente a segunda, passa ao largo de questões importantes para o entendimento dos problemas e desafios reais que eram colocados pela própria relação entre PCB e segmentos sociais do campo. Ao invés de guiarmos nossa análise sobre a atuação do PCB por meio de binômios do tipo eficácia/ineficácia, revolucionária/ reformista ou simplesmente detectar se as orientações do partido estavam de acordo com os “verdadeiros” anseios dos camponeses, julgamos importante analisar, antes de tudo, *como* se desenvolveu essa relação.¹⁰

O historiador Marco Aurélio Santana, especialista das questões sobre a atuação do PCB no mundo do trabalho em meados do século XX, lembra que nunca é demais lembrar que quando nos referimos a um agrupamento político tão complexo como o comunista faz-se necessário incorporar à análise o fato do partido lidar a todo momento com pressões externas e internas. No primeiro caso, temos a influência do cenário político geral e o “quadro de alianças e competições travadas pelo partido dentro e fora do meio sindical”. No segundo caso, o partido tem de lidar com as resistências de trabalhadores e da própria militância comunista,

⁹ Ver Welch e Geraldo (1992); Leandro (1988); Costa (1994). Também merecem destaque os depoimentos de ex-militantes contidos em Cunha (1994).

¹⁰ Tomamos por base as reflexões desenvolvidas em Medeiros (1995). Algumas dessas questões envolvendo a atuação dos comunistas no campo são analisadas no contexto português por Madeira (2004: 119-132).

“que chegou a gerar, na prática, a existência do que se chamou *dois PCs*” (SANTANA, 2001: 21).¹¹ Há que se ter o cuidado de não aceitar acriticamente o discurso da própria direção do partido, que costuma apresentar este como algo homogêneo, um bloco coeso sem nenhum tipo de fissura ou choque entre seus segmentos (*base e cúpula*, por exemplo). Temos que tomar esse mesmo discurso como um elemento integrante da análise, e não como um dado neutro que dê conta da complexa realidade do partido. Tal discurso pode por si mesmo revelar um importante momento de tensão e disputa no interior do partido entre grupos internos e/ou movimento de afirmação do partido diante de forças sociais externas. Dessa forma a análise sobre o PCB não pode se resumir a leitura de suas linhas políticas ou das avaliações sobre suas iniciativas e posições. Há que se analisar tal atuação no momento em que ela atravessa e é atravessada pelas contradições e impasses postos pelo jogo de forças em disputa no contexto histórico concreto. Conforme assinala Marco A. Santana:

Perceber a prática comunista dessa forma significa romper com a tradicional dicotomia de alguns dos estudos já clássicos sobre o tema e compreender a ação daqueles militantes em um quadro de complexidade maior do que apenas identificá-lo como *heróis todo-poderosos* ou *vítimas das circunstâncias*.¹²

Em vista disso, cabe então perguntar às nossas fontes: em que condições se deram os primeiros contatos entre militantes e lavradores? Quem eram esses militantes? Qual sua origem? Que tipo de ocupação profissional tinha antes de ir para o campo? Qual a sua posição na máquina partidária? Qual sua relação com correntes internas do partido e a qual pertencia?

No caso do Sertão Carioca, há poucas informações sobre a forma como se davam os primeiros contatos de militantes, especialmente os comunistas, com os pequenos lavradores. O que se tem são indícios que nos levam acreditar que os espaços tradicionais de sociabilidade da região tinham importante papel no contato entre eles. Um primeiro conjunto de indícios se

¹¹ Quanto ao cenário político geral do período, os anos 1930-1964 (até há pouco tempo consagrado pela historiografia pelo nome *Era Populista*), além do trabalho de Santana, há importantes balanços e apreciações críticas contidas em Ferreira (2001). Ver em especial os textos de Hélio Costa e Fernando Teixeira - “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes” e de Elina Pessanha e Regina Morel - “Classes trabalhadoras e populismo: reflexões a partir de suas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro”.

¹² A relação entre “camponeses” e contexto político mais geral, partindo do estudo de caso de um município fluminense, pode ser apreciada no excelente estudo de Dezemone (2008).

refere ao contato que esses lavradores tinham com outros agentes. Era num armazém ou num botequim que os lavradores travavam os primeiros contatos com jornalistas, como foi o caso dos repórteres do comunista *Imprensa Popular*, encarregados de apurar informações sobre a ameaça de despejos contra dezenas de famílias de lavradores da localidade do Rio da Prata do Mendanha. Todos os lavradores que a reportagem entrevistou estavam reunidos no armazém da estrada do Guandu do Sena (*Imprensa Popular*, 11/11/1953: 8). Foi também no quintal do armazém de José Maria Garcia, que um juiz teria reunido todos os “sitiantes” da fazenda Curicica para lhes notificar publicamente sobre sua decisão envolvendo o litígio entre pretensos proprietários naquele lugar (BRAZIL, 1953: 16). Penso que isso também se desse no caso dos militantes da “cidade”.

Tal possibilidade torna-se mais crível quando passamos a ver como eram as “abordagens” desse tipo de militante em diferentes regiões do país. Aliás, a semelhança entre elas é bem nítida. Irineu Luís de Moraes conta que fazia as primeiras “ligações” com os “camponeses” num botequim, pois era, sem dúvida o principal ponto de encontro, tanto assim que até os que não bebiam “pinga” o frequentavam.¹³ Às vezes, havia o caso de alguém da própria localidade servir de elo entre o militante e o grupo de lavradores. Ferdinando de Carvalho, num livro que escreveu baseado nas informações que colheu para a produção dos famosos IPMs,¹⁴ relata um fato ocorrido na Baixada Fluminense envolvendo a organização dos posseiros para a luta pela terra. Neste relato vemos o “compadre” Jonas convidar Serapião Costa para ir ao “armazém do Azambuja”, para ouvir “um moço da capital”. Serapião concordou e para lá se dirigiu, “montado na sua mula baia”. Ao chegar viu que “o galpão ao lado do botequim estava cheio de lavradores”. Os quais junto com ele teriam ouvido do

¹³ Embora extenso, não podemos deixar de citar esse precioso relato de Irineu acerca do início do trabalho de organização dos “camponeses” de Valparaíso, distrito de Araçatuba(SP): “Tem que andar bastante, e eu freqüentava a periferia da cidade à tarde, aos sábados e aos domingos de manhã. Lá tinha um boteco chamado ‘Boteco Da Ponta da Rua’ que era até perigoso, brigaiada. Sempre tinha três ou quatro camponeses ou trabalhadores da roça. Alguns deles bebiam uma pinguinha: um estava bebendo, outro não estava. Então eu chegava e procurava uma solução para entrar em conversa. Pedia uma pinga também: ‘Dá uma pinguinha aí’”. Eu pedia com *fernet* ou sem *fernet*, com vermute ou sem vermute, qualquer coisa – e oferecia para o camponês. Mas eles eram muito tímidos e recusavam: ‘Não senhor, muito obrigado’. Mas eu insistia: ‘Tome um pouquinho sim’. Insistia, insistia, e um e outro tomava. Aí eu falava: ‘Dá mais aí. Vocês estão com esse pouquinho aí, toma mais...’. No domingo seguinte eu voltava lá, encontrava de novo com alguns daqueles e eles entravam em contato comigo com maior liberdade. Então eu oferecia pinga para eles e eles ofereciam para mim. Eu falava: ‘Não, mas você pode beber que eu pago’. Naquele contato com eles eu dava uma entrada no problema da luta” – Welch & Geraldo (1992: 125-6).

¹⁴ Os IPMs (Inquéritos Policiais Militares) foram abertos pelo Exército logo após o Golpe de 64 e visava enquadrar os supostos “agentes da subversão”.

A EXPERIÊNCIA DA *TEORIA* DAS “TESES” NA *PRÁTICA* DA “LAVOURA”:
PEQUENOS LAVRADORES, MILITANTES COMUNISTAS E LUTA
PELA TERRA NO SERTÃO CARIOCA (1945-1964)

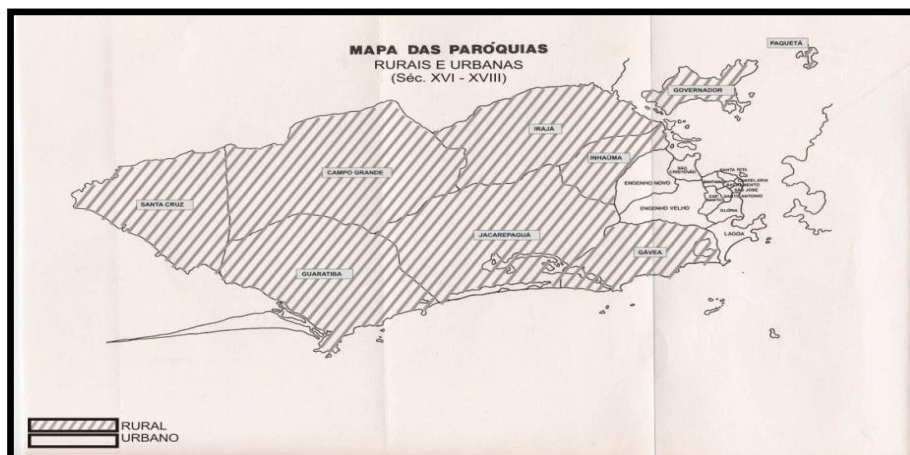
“advogado da capital” a seguinte mensagem:

- Eu trago aqui a palavra de Julião. Nós vamos unir todos vocês e fundar uma Liga Camponesa para defendê-los, como está acontecendo em todo o interior. As Ligas Camponesas estão nascendo para defender nossos direitos e fazer uma Reforma Agrária justa e radical.

- A terra deve pertencer ao lavrador (...), não vamos abandonar as terras que os ‘grileiros’ dizem que são deles. Não vamos permitir que eles tomem as nossas terras. Vamos lutar e nos defender com unhas e dentes.

Além de fazer o convite à Serapião, Jonas também deu a ele um exemplar do jornal *A Liga*, órgão oficial das Ligas Camponesas, e que lhe teria ajudado a ver que a campanha de Julião era “acertada”, “porque ele defendia o pobre contra o rico, os direitos dos posseiros contra ‘grileiros’, autoritários e invasores” (CARVALHO, 1977: 132-133).

Lyndolpho Silva, outro militante, destaca a importância de outros espaços de sociabilidade (vendas, festas, quermesses) para a arregimentação de lavradores: “fazia-se uma reunião com dois ou três deles na fazenda, aqueles que já aceitavam mais nossos contatos realizados num encontro no botequim, no dia da compra, nas festas, na quermesse, nos pontos de aglutinação dos centros maiores.” Lembra ainda que também faziam contato com os lavradores nos bailes e “festinhas de aniversário”, nas feiras, quando iam beber a “sua pinga” e no futebol (COSTA, 1994: 83-84).



1. Divisão administrativa do Rio de Janeiro. Notem que as paróquias rurais abarcavam exatamente o Sertão Carioca. Fonte: MOTA, 2009: 242.

Os associados da Liga Camponesa de Jacarepaguá, entidade ligada ao PCB, talvez tivessem essa intenção, além de arrecadar fundos para a Campanha Pró-Imprensa Popular, ao organizarem uma “grande feira-livre” na Praça Seca, em meados de outubro de 1946, para a venda de gêneros produzidos por “camponeses, sitiantes, fazendeiros e criadores”. Ademais, esta feira, ao colocar em contato direto produtores e consumidores, eliminando a presença de “intermediários”, seria uma experiência e demonstração prática “das vantagens das cooperativas de produção”(Classe Operária, 28/09/1946: 6) É muito provável que isso também ocorresse com outros tipos de evento no Sertão Carioca, pois condições havia para isso. Temos, por exemplo, poucos mas preciosos relatos deixados pela própria polícia política da época.¹⁵ No final de 1943, alguns de seus agentes diziam ter tomado conhecimento sobre “reuniões suspeitas” que ocorriam no Club Jacarepaguá, localizado no Largo do Pechincha.¹⁶ Em outro clube, o presidente do Nova Estrella, localizado também em Jacarepaguá, teria no final da década de 40 “a pretexto de bailes e festas” reunido “elementos do extinto *Partido Comunista*”, os quais também vendiam jornais comunistas como *Voz Operária* e *A Cidade* “à vontade” na Praça Barão da Taquara (atual Praça Seca).¹⁷ Era comum, na década de 60, que eventos promovidos pela Associação Rural de Jacarepaguá fossem realizados na sede do Jacarepaguá Tênis Clube, como foi o caso da “Conferência” organizada por lavradores do bairro, “apoiados por todo o povo”, para discutir “todos os seus problemas”(Luta Democrática, 01/10/1961:1).

Eros Martins Teixeira, antigo militante do PCB, informa-nos que o partido realizava muitas festas para arrecadar fundos em sítios que pertenciam a lavradores, os quais também eram militantes do PCB. Cita os exemplos dos “lavradores” Resende, de Sepetiba; Zé Neto, de Campo Grande; e de Gonzaga e Zulamar Bonozo.¹⁸

Lyndolpho Silva diz que para fazer o contato o militante às vezes se passava por

¹⁵ Em 1944 a Polícia Civil do Distrito Federal era transformada em Departamento Federal de Segurança Pública(DFSP). A partir de 1946, passou a ser de sua competência a infração de infrações penais “que atentassem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem e a organização do trabalho”, Sombra (1997). Em 1962, o DFSP, cujo âmbito era nacional, dava lugar ao Departamento de Ordem Política e Social(DOPS) de jurisdição restrita a cada unidade da Federação. Reznik & Pereira (1997: 43).

¹⁶ APERJ. Fundo DOPS. Série Comunismo – Dossiê nº 7. Coincidentemente, poucos anos depois, a Liga Camponesa do Distrito Federal, ligada ao PCB, teria sua sede estabelecida neste mesmo local.

¹⁷ APERJ. Fundo DPS – dossiê: “Comitê Distrital de Jacarépaguá”, fl. 4.

¹⁸ Depoimento prestado ao autor.

vendedor ou mascate: “Entrávamos com um badulaque, vendendo linha, agulha, e ficávamos como vendedores até escurecer” (COSTA, 1994: 84). Pedro Coutinho Filho, um dos militantes do PCB mais atuantes na região, parecia ter um conhecimento razoável desse tipo de técnica. Num relatório da polícia política, vemos esta afirmar, por exemplo, que para “melhor difundir a doutrina comunista”, ele tinha sido “encarregado, em abril de 1947, de instalar aparelhos de calda (sic) de cana e bancas de jornais nas proximidades de quartéis e fábricas”.¹⁹ Assim como Lyndolpho não deixa claro se chegou a fazer aquele tipo de contato no Sertão Carioca, não podemos assegurar também que Pedro Coutinho tenha utilizado esse tipo de recurso junto a fazendas e sítios da região. Contudo, também pensamos ser muito provável que esse tipo de iniciativa tenha ocorrido por lá.

O contato também podia se dar via *célula*, pequena unidade organizativa, de tipo e âmbito bem restrito que o PCB estabelecia em fábricas, bairros e ruas. Havia muitas delas no Sertão Carioca, principalmente em Jacarepaguá e Campo Grande. Das que pudemos recolher alguma documentação, sendo todas elas de Campo Grande, pudemos constatar que a participação de lavradores era muito pequena: na *célula* “Bento Gonçalves”, por exemplo, entre seus sete membros – incluindo o secretariado – só um tinha se declarado lavrador;²⁰ na *célula* “Senador Camará”, dos 21 membros, apenas três eram lavradores, sendo que na verdade, um deles tinha se declarado “agricultor”;²¹ proporção bem menor se verifica na *célula* “Rocha Faria”, que tinha apenas 1 lavrador entre seus 21 membros, e que era inclusive o secretário de Educação e Propaganda.²² Penso que teríamos que analisar um número bem maior de *células* da região, senão todas, para termos uma conclusão mais segura sobre a representatividade desse tipo de organização entre os lavradores e, conseqüentemente, a possibilidade de ter se constituído num canal de aproximação entre militantes do PCB e lavradores. Mas se encararmos tais *células* como um espaço de socialização de experiências, mormente os relativos à organização e atuação políticas, e tendo em vista a possibilidade desses lavradores terem compartilhado aspectos dessas experiências com lavradores que com

¹⁹ APERJ. Fundo DOPS – Série Informações: “memorando nº 69/62”.

²⁰ APERJ. Fundo DPS (Células do PCB) – “Bento Gonçalves”.

²¹ APERJ. Fundo DPS (Células do PCB) – “Senador Camará”.

²² APERJ. Fundo DPS (Células do PCB) – “Rocha Faria”.

eles viviam e trabalhavam na mesma localidade, algumas indicações fornecidas pela pequena documentação dessas *células* são bastante reveladoras.

Sendo membro de uma *célula*, o lavrador tinha oportunidade de travar contato com várias pessoas que exerciam ocupações urbanas como marceneiros, estucadores,²³ diaristas, pintores, técnicos administrativos, carpinteiros, lapidários, bombeiros-hidráulicos, funcionários públicos, rádio-telegráficos, sapateiros, farmacêuticos, maquinistas, operários, motoristas, pedreiros, operários da construção civil, auxiliares de escritório, garçons, trabalhadores “por conta própria”, ferroviários e até mesmo um agente do Serviço de Malária. E um outro aspecto que merece de nossa parte uma especial atenção é que boa parte dessas pessoas trabalhava no centro da cidade. Nesse sentido, a socialização de que falamos acima provavelmente não consistia apenas das discussões em torno das ideias e diretrizes do partido, mas também do que acontecia na “cidade”. Aliás, é importante que se frise, estamos falando de uma cidade que nessa época era marcada por uma intensa mobilização dos trabalhadores junto ao movimento sindical, realizando inúmeras greves e manifestações de rua.²⁴

A política repressiva imposta aos comunistas pelas autoridades governamentais não era a única fonte das dificuldades presentes no trabalho dos militantes junto aos segmentos do campo. Talvez fosse a principal, ainda mais porque estamos tratando de uma região localizada na cidade que talvez tivesse na época a maior concentração de aparelhos do aparato repressivo governamental. Mas é também verdade que parte dessas muitas dificuldades (e desconfianças) eram colocadas por parte do próprio segmento que os comunistas se propunham “defender”. As antigas lideranças que atuavam no campo são unânimes em apontar as dificuldades de revelarem aos camponeses a sua verdadeira identidade política e ideologia. Perguntado se ele e outros militantes do PCB campo diziam que eram comunistas, Lyndolpho Silva responde: “Não. Era nome feio em alguns casos. Às vezes podiam aceitar, mas comumente se alguém dizia que aquele cara era comunista (...) se apavoravam. Trabalhávamos como sindicalistas” (COSTA, 1994: 84).

Dificuldade idêntica é mencionada por Irineu Luís, notória liderança camponesa do interior paulista. No início de seus contatos com os camponeses uma coisa que fazia questão

²³ APERJ. Fundo DPS (Células do PCB) – “Rocha Faria”.

²⁴ Para Mattos (1998: 122) vários são os elementos, tanto de ordem quantitativa (número de sindicatos e percentual de trabalhadores sindicalizados) como de ordem qualitativa (número de greves, visibilidade dos sindicatos pela opinião pública, etc.), que comprovam que o movimento sindical viveu entre meados da década de 50 e o golpe de 64, uma “fase de ascensão”.

de evitar era “falar na Rússia de cara”. Segundo ele, pelo fato dos camponeses ainda estarem “com a religião na cabeça”, era conveniente que não revelasse as suas ligações com o PCB:

Eles pensavam que o partido comunista liquidaria a religião. Então, precisava ter muito cuidado. Depois que eles entendiam mesmo que rezar todo dia não tinha importância, e que ser comunista era também rezar, podia ser feito o trabalho, dar as tarefas. Por mais atrasados que fossem, eles aceitariam (WELCH & GERALDO, 1992: 154).

Passemos então a tratar com maior pormenor sobre a trajetória dos homens que mais se destacaram no enfrentamento desses obstáculos no Sertão Carioca, são eles: Pedro Coutinho Filho, Heitor Rocha Faria e Lyndolpho Silva.

As lutas e lides de “Cícero”

De todos os militantes que atuaram foi de longe o que mais mereceu a atenção dos órgãos de informação da polícia política, do “farto dossier” (sic) produzido sobre ele é que colhemos boa parte das informações que aqui apresentamos.²⁵ Pedro Coutinho nasceu em 10 de junho de 1901. Era professor, engenheiro civil e advogado. Ingressou no PCB em 1935, mas só começou o trabalho como militante dois anos depois, possivelmente foi nesse momento que recebeu o codinome “Cícero”. Certamente um codinome que fazia uma irreverente alusão a sua origem cearense. Por sua atuação esteve preso de 13 de janeiro a 12 de julho de 1937, e de 3 de dezembro de 1937 a 4 de junho de 1938, por ter sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 1 ano de “prisão celular”. Por suas “atividades comunistas” esteve novamente preso entre 25 de março de 1940 a 29 de agosto de 1940. Trabalhou, profissionalmente falando, por muito tempo em Jacarepaguá, fator que talvez tenha pesado na decisão (dele ou do partido) de escolher o Sertão Carioca como área de atuação, muito embora não tenha se restringido a ela. Justamente o que mais nos chama atenção na sua trajetória é a diversidade de campanhas e organizações comunistas de que tomou parte (e às vezes a frente) em diferentes regiões. Além de Jacarepaguá, atuava também em Nova Iguaçu e no subúrbio da Leopoldina (Zona Norte). Integrou quase que de forma simultânea as seguintes

²⁵ APERJ. Fundo DOPS. Série Sindicato: Sociedades Civis, n. 72; Série Informações, n. 34: “memorando nº 69/62”.

organizações: década de 40 - Comitê Distrital de Jacarepaguá, Comitê Democrático Progressista de Jacarepaguá, Liga Camponesa de Jacarepaguá, Liga Camponesa do Distrito Federal, Comitê Democrático Progressista de Nova Iguaçu; década de 50 - Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo (CEPDEN), Comissão Executiva Pró-Reforma Agrária, a Liga de Emancipação Nacional e a Associação Rural de Jacarepaguá. Em função disso, Pedro Coutinho esteve na linha de frente de Campanhas como as da nacionalização do petróleo, da Reforma Agrária, da Imprensa Popular e pela defesa da posse da terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca. Além de ser simples membro, Pedro Coutinho exercia cargos de direção em algumas daquelas organizações. Foi o primeiro presidente do Comitê Democrático Progressista de Jacarepaguá (*Tribuna Popular*, 05/06/1945: 2), fundado em junho de 1945, e posteriormente fez parte do seu Conselho Fiscal e da Secretaria de Massa Eleitoral, chegando a se tornar seu presidente de honra. Foi também presidente da Liga Camponesa de Jacarepaguá e membro da diretoria da Liga Camponesa do Distrito Federal. (*Tribuna Popular*, 21/05/1946: 2).

Deve ser imediatamente executado o crédito dos 50 milhões

Pode ser uma arma política — Os camponeses devem estar vigilantes, exigindo a sua imediata execução — As terras da Prefeitura em mãos de grileiros e bancos territoriais — Fala à TRIBUNA POPULAR o engenheiro Pedro Coutinho Filho

No próximo dia 21, domingo, às 16 horas, a Liga Camponesa do Distrito Federal vai reunir-se à rua Geremário Dantas, 713, para a discussão do recente decreto da Prefeitura Municipal, através do qual se criou de cinquenta milhões de cruzeiros, destinados ao incentivo da produção agr. na do Distrito Federal.

Declara-nos, a seguir, que o crédito pode ser uma arma política. E só não o será se os camponeses estiverem realmente organizados, solidamente organizados, existindo a verdadeira localização sobre a execução do mesmo.

O CASO DA TURFA

— E' necessário, também, —

O eng. Pedro Coutinho

bra" um decreto, logo no começo da última guerra, para a extração da turfa naquelas terras, por motivo da falta de carvão. O objetivo, porém, era a entrega dos terrenos ao Banco de Crédito Móvel.

2. *Tribuna Popular*, 16/02/1945: 4.

Segundo o agente da polícia política encarregado da produção de seu dossiê, essa ampla inserção de Pedro Coutinho em diferentes campanhas e organizações comunistas e, principalmente, a posição de direção que exercia em várias delas se daria pelo fato de estar

A EXPERIÊNCIA DA *TEORIA* DAS “TESES” NA *PRÁTICA* DA “LAVOURA”:
PEQUENOS LAVRADORES, MILITANTES COMUNISTAS E LUTA
PELA TERRA NO SERTÃO CARIOCA (1945-1964)

“estritamente ligado ao líder e chefes comunistas no país”, tanto assim que foi “um dos organizadores e oradores de vários comícios do líder LUIZ CARLOS PRESTES e outros chefes comunistas”.²⁶ Exagero ou não, o fato é que Pedro Coutinho parecia usufruir boa relação com homens bem situados na estrutura partidária do PCB, pois além de ocupar posições de direção daquelas entidades locais era também um dos dirigentes do CEPDEN, organismo de âmbito nacional que se ocupava de uma das principais frentes de luta do partido na década de 1950, o da nacionalização do petróleo, que tinha como lema “O Petróleo é nosso”. No final de outubro de 1951, era ele quem presidia a “conferência sobre Petróleo e defesa da Economia Nacional” realizada em Grajaú (*Imprensa Popular*, 01/11/1951: 4).



3. “Cícero”, o segundo da esquerda para a direita, em evento do jornal *Tribuna Popular*, em 6/6/1945: 5.

Mas foi no exercício da função de advogado das entidades sediadas em Jacarepaguá que Pedro Coutinho deve ter despertado real interesse por parte dos pequenos lavradores. É provável também que muitos deles tenham se filiado àquelas entidades justamente por poder contar com serviços jurídicos, tendo para isso apenas que pagar uma módica quantia cobrada a todos os seus sócios. Ao menos, essa era a expectativa de muitos sócios da Liga Camponesa de Jacarepaguá, na década de 40, e da Associação Rural de Jacarepaguá, nas décadas de 50 e 60. E em todas elas Coutinho foi o seu advogado. Ele também foi advogado da Associação de Lavradores de Campo Grande e Guaratiba, onde tinha entre seus clientes Manoel Ferreira,

²⁶ APERJ. Fundo DOPS. Série Informações, n. 34: “memorando nº 69/62”.

objeto de uma ação movida pelo “grileiro” Joaquim Rodrigues Pazo (*Novos Rumos*, 18-24/12/1959: 11). Foi também um dos procuradores, junto com Heitor Rocha Faria, da comissão do Distrito Federal da I Convenção Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo em 1953, eleita para participar dos trabalhos da Convenção Pela Emancipação Nacional, no ano seguinte.

Mas há um outro ponto importantíssimo presente na atuação de Pedro Coutinho (e na dos militantes comunistas de uma maneira geral): a inserção que tinha na estrutura partidária, possibilitou-lhe, entre outras coisas, atuar em diferentes campanhas e integrar a direção de diferentes organizações, favorecendo a realização de um objetivo que era muito caro ao PCB numa época de grande competição política com os setores ligados ao trabalhismo de Getúlio Vargas, especialmente o PTB: a unificação ou, ao menos, a integração desses movimentos numa frente comum de luta, de modo que isso fortalecesse a imagem do PCB como o principal partido das classes trabalhadoras.²⁷ Nesse caso, ela poderia se dar sob a forma de manifestações de apoio, solidariedade e mesmo de adesão, entre membros de diferentes lutas ou campanhas. Esse talvez tenha sido o principal capital político que Pedro Coutinho tentou obter junto aos lavradores organizados naquelas entidades, procurando, a todo momento, fazer com que eles encampassem as bandeiras de outras campanhas do partido e, em contrapartida, fazer com que essas outras campanhas tomassem como suas as reivindicações dos pequenos lavradores do Sertão Carioca. Essa parece ter sido a sua grande tarefa ao participar como convidado especial da Assembleia organizada por posseiros de Curicica em comemoração a uma vitória que obtiveram contra “grileiros” na justiça. Nela Coutinho teria conseguido a adesão desses posseiros à Convenção pela Emancipação Nacional, chegando a eleger para tanto uma comissão encarregada de acompanhar os trabalhos preparatórios desse evento. Mas não sem antes assegurar a eles que “nenhuma questão de importância para a vida do país escapará à discussão e à análise” da Convenção. “Assim, os problemas mais sentidos dos Lavradores, inclusive os de Curicica, serão ventilados” (*Imprensa Popular*, 18/12/1953: 3).

²⁷ Podemos dizer que o PTB foi o grande adversário do PCB no interior do movimento sindical em particular, e no âmbito das esquerdas em geral, de 1945 a 1955. O suicídio de Vargas e a comoção nacional por ele causado farão com que os comunistas comecem a se aproximar dos trabalhistas. Em 1955 essa aproximação é oficializada com a criação do MNTP – Movimento Nacional Popular Trabalhista, que procurava ser na prática uma base de apoio da chapa presidencial encabeçada por J. Kubitschek e João Goulart. Nos anos subsequentes tal aproximação resultaria ela mesma numa progressiva indiferenciação entre as linhas políticas dos dois partidos.

A EXPERIÊNCIA DA TEORIA DAS “TESES” NA PRÁTICA DA “LAVOURA”: PEQUENOS LAVRADORES, MILITANTES COMUNISTAS E LUTA PELA TERRA NO SERTÃO CARIOCA (1945-1964)

Assalto dos Grileiros ao Crédito da Prefeitura

Lutam os camponeses em defesa do patrimônio municipal — Um parecer do sr. Pontes Miranda explicando o que é o Banco de Crédito Móvel — Falam-nos alguns dirigentes da Liga Camponesa do Distrito Federal

Representação do decreto que concede crédito de cinquenta milhões de cruzeiros para o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal, os lavradores cariocas procuram em reuniões da Liga Camponesa, e, especialmente a questão, a fim de esclarecer e conscientizar o camponês da importância do crédito de quinquenta milhões de cruzeiros para o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal, os lavradores cariocas procuram em reuniões da Liga Camponesa, e, especialmente a questão, a fim de esclarecer e conscientizar o camponês da importância do crédito de quinquenta milhões de cruzeiros para o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal...

TERMO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

Max de Souza se observa, em decisão, a mais grave é a que se refere às terras roubadas ao patrimônio municipal, para grileiros e bancos territoriais. Sobre esse fato, o engenheiro Popoy Coutinho, que, em 1947, foi eleito deputado estadual, afirmou que, em 1947, ele foi eleito deputado estadual, afirmou que, em 1947, ele foi eleito deputado estadual...

REUTILIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DOS POSSEÍDORES

Uma das primeiras observações da Liga Camponesa é a de que, para lutar contra os grileiros, a Liga Camponesa precisa ter a cooperação dos proprietários de terras para vender a terra ao preço que eles quiserem, em vez de vender a terra ao preço que os grileiros quiserem...

4. Pedro – no centro - com outros membros da Liga Camponesa de Jacarepaguá na redação do *Tribuna Popular*, 26/02/1947: 1.

Dois anos depois vemos Coutinho tentar unificar a pauta do movimento dos lavradores do Sertão Carioca com outros movimentos, e consequentemente obter seu apoio. Foi o caso da reunião, por ele presidida, da Comissão Executiva do Distrito Federal Pró-Reforma Agrária, na sede da Liga da Emancipação Nacional. Nessa reunião ele conseguiu reunir dois deputados, algumas lideranças sindicais como Lyndolpho Silva, representantes do Sindicato dos Têxteis e representantes das Associações de Lavradores de Jacarepaguá e de Coqueiros. As medidas discutidas foram a coleta de assinaturas pela Reforma Agrária, cuja cota determinada foi de 320 mil, e a colaboração da Comissão ao II Congresso de Lavradores do Distrito Federal (*Imprensa Popular*, 16/02/1955: 1).

Em outubro de 1955, às vésperas das eleições presidenciais daquele ano, o jornal comunista *Imprensa Popular*, demonstrando ter certeza de que Pedro Coutinho tivesse sua atuação reconhecida pela grande maioria dos lavradores do Sertão Carioca, chamou-o de “líder camponês”. Foi nesta condição que ele conclamou “seus companheiros de profissão [os “camponeses” cariocas] a votar em J-J” (chapa presidencial composta por Juscelino Kubitschek e João Goulart). Só “com eles”, continuava Coutinho, “teremos o clima desejável para que consigamos vencer os grileiros, a distribuição de terras aos lavradores, títulos

definitivos das terras já cultivadas pelos posseiros, revisão dos contratos e fixação à terra, concessão de crédito fácil” etc.

Curiosamente, a partir de meados da década de 1950 até o mais ou menos 1963, não veríamos Pedro Coutinho desempenhar atuação de destaque em eventos públicos organizados por entidades do PCB com a mesma frequência de antes. Seu trabalho parece ter se concentrado na prestação de assistência jurídica às “organizações camponesas” do Sertão Carioca. Sabe-se apenas que Coutinho integrou em 1961 uma Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano, organizada provavelmente após os acontecimentos ocorridos na Baía dos Porcos envolvendo grupos cubanos dissidentes apoiados pelos EUA.

Ele voltaria a se destacar em alguns eventos “camponeses” ocorridos em 1963. Em maio desse ano Coutinho integraria junto com Antônio Caseiro, Teobaldo José Ribeiro, Manoel Rodrigues e Manoel Agapito - presidentes respectivamente das Associações Rurais de Jacarepaguá, Santíssimo, Guaratiba e Mendanha – e outras personalidades, a “Comissão Promotora” da II Conferência dos Lavradores da Guanabara (*Diário Carioca*, 25/05/1963: 4). Meses depois, em novembro, ele também teria “liderado” uma “concentração” de lavradores em frente a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara. O objetivo, segundo ele, era lembrar aos parlamentares que

a gravidade da situação alimentar da população do Estado é, em parte, consequência do abandono e miséria em que se encontra o lavrador carioca, sem terra própria, sem auxílio técnico e financeiro, sem mercadoria garantida para os seus transportes e, ainda perseguido pelos exploradores imobiliários e pelos grileiros (*Diário de Notícias*, 12/11/1963: 12).

Fazia-se mister que tais parlamentares tomassem não só medidas de urgência, mas principalmente “modificações estruturais” no campo, pois só elas – e isso valia para o restante do país - poderiam fazer com que os lavradores do Sertão Carioca deixassem de ser um “peso morto”.

A atuação de Pedro Coutinho junto às “organizações camponesas” foram suficientes para que aqueles que, segundo a “grande” imprensa, “salvaram” o país do “risco da comunização” com o golpe de 64 (*O Globo*, 02/04/1964: 1), incluísse-lo na lista de indiciados do Inquérito Policial Militar nº 709, chefiado pelo general Ferdinando de Carvalho, e que tinha por tarefa apurar a responsabilidade de reais e supostos participantes da “onda de agitação e subversão” que pretendia varrer os valores democráticos e cristãos do país. Aliás, Pedro

Coutinho era o único de todos esses indiciados que tinha como base de atuação o Sertão Carioca.²⁸

As lutas e causas de um homem que “chegava junto”

Nenhuma informação pudemos obter sobre as origens e o início da trajetória do advogado Heitor Rocha Faria no PCB. O registro mais remoto data de 1947, logo depois da cassação do PCB pelo Supremo Tribunal Eleitoral, quando H. R. Faria impetrou um *habeas corpus*, posteriormente negado pelo Supremo Tribunal Federal, em favor de Luiz Carlos Prestes e outros dirigentes do PCB

“alegando cerceamento em seu direito de locomoção, pois vedado o seu livre ingresso, para exercer atos administrativos, na sede do partido e em comitês locais, porque ocupados pela Polícia, por ordem do Ministro da Justiça, tendo aquela se apoderado do patrimônio após o cancelamento do registro do partido”.²⁹

Sabemos, contudo, que sua trajetória guarda muitas semelhanças com a de seu companheiro de partido e profissão, o também advogado Pedro Coutinho Filho. No que tange a luta pela terra, H. R. Faria atuou como advogado dos “posseiros” e “arrendatários” da Fazenda Coqueiros, em Santíssimo, por meio da Associação de Lavradores da Fazenda Coqueiros(ALFC). Tal organização foi criada em 1952 e tudo indica que ela tenha sido idealizada por ele e Lyndolpho Silva, seu primeiro presidente. Além das “providências jurídicas”, H. R. Faria participaria ativamente das discussões dos Encontros e Assembléias organizadas pela ALFC, opinando sobre encaminhamentos e propostas de cunho propriamente político. Também teve presença destacada na I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal (1953), chegando a ter sua “Tese” de número nº 13 aprovada para constar do documento final desse encontro. Por meio dela, propugnava os seguintes pontos: que “a lavoura” devesse ser

²⁸ APERJ. Fundo DOPS. Série Secretaria, n. 10. Se Pedro Coutinho foi o único a ser oficialmente indiciado, vários outros foram perseguidos pelos órgãos de repressão, casos de Antônio Ferreira Caseiro, Eros Martins Teixeira, Aristides e outros. No depoimento dado ao autor, Eros Martins declara que Aristides foi torturado por ter dado “fuga” a Antônio Caseiro. Uma parente deste, D.Alice (nome fictício), também declara que chegou a ser agredida pelos agentes do DOPS que estavam à procura de A. Caseiro.

²⁹ Acervo de processos históricos do STF que pode ser consultado em: www.soleis.com.br/julgamentos_historicos7.htm

“explorada obrigatoriamente e privativamente pelas Associações de pequenos lavradores”; conjugação das Cooperativas de produção e de consumo na Constituição das Associações; atribuir às Associações o “serviço social a ser prestado ao lavrador”.³⁰ Ele seria também, na condição de “advogado e consultor jurídico” da ALFC, o secretário-geral da I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal em 1958.³¹ É muito provável também que o advogado tenha sido um dos principais elaboradores da “Carta do Lavrador”, espécie de documento final do encontro, e que foi oficialmente proposta pela ALFC.

Tribuna POPULAR
ANO II ★ N.º 444 ★ QUINTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO de 1945

Grande Vitória Obtêm as Ligas Camponesas no Norte do Paraná

Esclarecidos e organizados os trabalhadores do campo barram a ação criminosa dos “grileiros” latifundiários — Interessante entrevista concedida à TRIBUNA POPULAR pelo advogado Heitor Rocha Faria

Esta, de início, contratou os serviços profissionais do advogado Heitor Rocha Faria, do Rio de Janeiro, a fim de resolver, no Norte do Paraná, perante a Justiça do Estado, alguns casos de camponeses espoliados em suas terras, que cultivaram após tantos anos de sacrifício.

Sobre os resultados desta importante missão, procuramos entrevistar o dr. Heitor Rocha Faria, que atendeu gentilmente a reportagem da TRIBUNA POPULAR.

— As culturas de café e de cereais no Norte do Paraná — disse-nos o nosso entrevistado — são riquíssimas. Elas são fruto sempre, por uma autoridade descomunal. A expulsão dos camponeses do Norte do Paraná, vinha sendo feita em proporções cada vez mais elevadas. Os títulos legítimos, entretanto, foram aproveitados para um “desdobramento” ou “criação” de títulos novos, de modo a poder-se afirmar haver “maior extensão nos títulos” do que em realidade nas terras. Essas “vendas” de terras em duplicata e triplicata ou de títulos imaginários (grileiros) e assim até há pouco feitas a preços de fora do Estado, principalmente de S. Paulo. Nestes últimos anos, com a valorização do café e de outras cul-

O dr. Heitor Rocha Faria quando falava ao nosso redator
O norte do Paraná é hoje uma etapa histórica na vida dos

5. O advogado Heitor Rocha Faria (de óculos) teria atuação destacada junto a organizações de lavradores. *Tribuna Popular*, 14/11/1945: 1.

Mas a atuação de H. R. Faria no movimento de luta pela terra não se limitou àquela localidade do Sertão Carioca, pois teve também papel de destaque na luta dos “posseiros” de outra região, a Baixada Fluminense. José Pureza nos conta que quando ele e os demais posseiros da região começaram a sofrer as primeiras ameaças de despejo em 1949, decidiram

³⁰ APERJ. Fundo DPS/ 1881: “I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal” (1953), fl. 11, doc. 12.

³¹ CPDA. Fundo LYNOLPHO SILVA. Série Correspondências. (agradeço ao professor Luiz Flávio da Costa, que foi extremamente gentil em disponibilizar acesso irrestrito a documentação desse Fundo).

“consultar um advogado perito em assuntos de terra, o Dr. Heitor da Rocha Faria”, que teria ainda os aconselhado a fundar uma organização que atendesse ao estado do Rio de Janeiro, “em benefício de todo o tipo de lavrador”. Assim teria surgido a ideia de criarem a Associação de Lavradores Fluminenses (ALF) que tinha como seu advogado oficial, justamente H. R. Faria (PUREZA, 1982: 25). Bráulio Rodrigues nos conta que quando os “posseiros” de Pedra Lisa começaram a sofrer as primeiras ameaças de despejo, Heitor teria conseguido uma audiência com o então presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Neste encontro Heitor teria conseguido convencer o presidente a assinar um documento que declarava que aquelas terras pertenciam à União.³²

O fato de atuar como advogado na ALFC e na ALF certamente funcionou como um importante estímulo para que H. R. Faria agisse no sentido de unificar as lutas de “posseiros” do Sertão Carioca e da Baixada Fluminense. É provável que tenha sido ele um dos principais responsáveis por várias iniciativas de protesto realizadas em comum pela ALF e diversas entidades de lavradores do Sertão Carioca. Alguns passos importantes foram dados nesse sentido, destacamos como exemplo, o fato de uma “representação” da ALF ter feito parte da mesa diretora dos trabalhos do I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal.³³

Outro ponto em comum com Pedro Coutinho era sua inserção em outras campanhas ou movimentos. E tal como seu colega, também possuía neles posições de direção. Ele estava em agosto de 1951 entre os participantes da I Conferência da Associação Brasileira de Juristas Democratas,³⁴ ao lado de outros juristas e advogados como Abel Chermont, Evandro Lins e Silva e Magarino Torres, que se notabilizaria anos mais tarde pela defesa de moradores de favelas ameaçados de despejo, sendo inclusive um dos fundadores da União dos Trabalhadores Favelados (UTF).³⁵ Mas foi em outro movimento, o Movimento Carioca Pela Paz, a maior frente de luta do PCB até a Campanha pela nacionalização do petróleo (“O Petróleo é nosso”)

³² Depoimento prestado ao autor. O detalhe é que segundo o próprio Bráulio, havia grandes dúvidas em relação ao verdadeiro proprietário daquelas terras. Ele tinha certeza de que não era do “grileiro” que tentava despejá-los, mas “da União também não era”. Sobre o caso da Baixada Fluminense ver Grynspan (2001).

³³ APERJ. Fundo DPS/ 1881: “I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal”(1953), fl. 7, doc. 8.

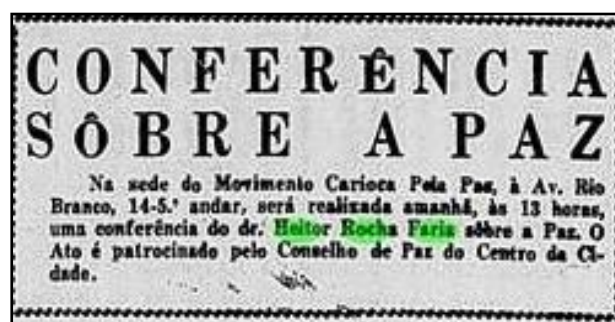
³⁴ Arquivo Nacional (AN). Fundo MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ¹ - 1313: “2712 – DPS (27/08/1951)”.

³⁵ A esse respeito ver Nunes (1980).

(RODRIGUES, 1986: 416) que H. R. Faria exerceria posição de grande influência.³⁶

Na prática, o Movimento Pela Paz cerrava fileiras contra a intervenção do Brasil na Guerra da Coréia (1950-1953). Depois de certa indecisão nos primeiros momentos de seu segundo mandato como presidente, Getúlio Vargas parecia inclinado a ceder às pressões dos norte-americanos, disposto que estava a enviar tropas brasileiras ao *front* asiático. Num indignado panfleto intitulado “Governo de Vargas Marcha para o Fascismo e para a Guerra”, seu autor, o advogado H. R. Faria assim se pronunciava sobre aquela provável iniciativa:

O Movimento Carioca denuncia a traição do Governo do Sr. Getúlio Vargas, que em lugar de atender aos anseios de paz e de progresso dos brasileiros, não passa de porta-voz de uma minoria de capitalistas e latifúndios nacionais que esperam obter lucros de guerra em troca da completa escravização de nossa Pátria, da miséria do povo, e do sangue da juventude.³⁷



6. Além das organizações “camponesas”, Heitor era figura de destaque no movimento comunista Pró-Paz no Distrito Federal, *Imprensa Popular*, 08/02/1952: 3.

Guiando-se por uma lógica idêntica a de Pedro Coutinho, H. R. Faria procurou construir canais de ligação entre esses movimentos “da cidade” com a luta dos posseiros do Sertão Carioca, de modo que pudesse fortalecê-los em conjunto com o capital político que pudesse extrair de cada um deles em particular. O que na prática se expressava por meio de manifestações de solidariedade ou adesão, formalizadas em eventos públicos mediante votos

³⁶ O “Movimento Pela Paz” foi na verdade um movimento de caráter mundial, que começou a tomar corpo depois do Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, realizado na Polônia em agosto de 1948, e do Congresso Nacional dos “Combatentes da Paz”, ocorrido em novembro do mesmo ano na França. A ela seria incorporada a partir do Apelo de Estocolmo de 1950, a Campanha pela Proibição das Bombas Atômicas. Ver Ribeiro (2003: 66).

³⁷ APERJ. Fundo DPS – Série PANFLETOS/ n. 1050.

de apoio ou simplesmente pela presença de algum “representante” de uma classe ou movimento num evento público promovido em prol de “outro”.

Era de todo interesse do advogado comunista que o movimento dos lavradores cariocas se consolidasse, pois no jogo de acumulação de forças (cujo polo gravitacional o PCB procurava ter completo domínio), ele significava o fortalecimento da Campanha Pela Paz e de muitos outros movimentos. Poderíamos dizer também, quantos mais lavradores mobilizados mais nomes os “Comandos” dos Conselhos locais do Movimento Pela Paz teriam em suas listas de abaixo-assinados. A própria direção do PCB manifestava em uma de suas “Resoluções” a ideia de que para dar impulso à Campanha Pela Paz era “preciso saber vincular essa luta às reivindicações cotidianas das massas”(*Imprensa Popular*, 14/03/1951: 3). Tornase então compreensível o entusiasmo com que o *Imprensa Popular* acolheria numa de suas páginas o resultado de um “Comando” realizado pelo Conselho de Paz do Sertão Carioca em Barra de Guaratiba: “dezenas de camponeses” guaratibanos teriam assinado o “apelo por um Pacto de Paz”(*Imprensa Popular*, 10/07/1952: 4).

E as ligações com outros movimentos também eram fomentadas. Nesse sentido, é provável que H. R. Faria tenha sido um dos principais responsáveis para que o I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal tenha tido em sua “mesa diretora” as presenças, além da dele, de figuras que “representavam” os mais diversos setores organizados da sociedade civil, casos de Francisco Gonçalves, presidente do Sindicato dos Têxteis; do deputado federal Roberto Morena³⁸ e de “representantes” da União Sindical dos trabalhadores do Distrito Federal, do Movimento Contra a Carestia e do Sindicato dos Metalúrgicos.³⁹

Anos depois, vemos tal propósito tomar proporções internacionais. De forma a mantê-la a par do que aconteceu na I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal, H. R. Faria envia, “com toda atenção”, uma carta-informe datada de 9 de agosto de 1958 à União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e Florestais, com sede em Via Boncompagni, nº 19, Roma, Itália. O advogado informa ainda o endereço da sede da ALFC, de modo que ela possa

³⁸ Militante comunista; foi deputado federal entre 1950 e 1954, pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST). Entretanto, seu nome esteve muito mais vinculado com o movimento sindical, no qual começou a se firmar em 1945, quando foi secretário da Confederação dos Trabalhadores Brasileiros em 1947. Depois do término do seu mandato como deputado, continuou a atuar na frente sindical do partido. Com o golpe de 64 buscou asilo na Europa, trabalhando na Federação Sindical Mundial, com sede em Praga, lugar onde morreu, em 1978. Rodrigues (1986). Ver também Fausto (1986: 390, nota 72).

³⁹ APERJ. Fundo DPS/ 1881: “I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal”(1953), fl. 7, doc. 8

permanentemente colocar os “companheiros” do velho continente a par do que se passava no “Sertão Carioca: zona da lavoura do Distrito Federal”.⁴⁰

Lyndolpho e o início da costura do movimento sindical

Lyndolpho Silva nasceu no município do Rio de Janeiro, morou quase toda sua juventude em Bangu. Em 1942, começou a trabalhar no centro do Distrito Federal, numa fábrica têxtil, foi quando teve os primeiros contatos com o PCB, filiando-se a ele em 1947. Em 1952, por “deliberação partidária”, Lyndolpho começou a militar no campo, junto aos “posseiros” de Campo Grande, Santíssimo e Senador Camará, bairros que pertenciam à “jurisdição” do Comitê Distrital de Bangu do PCB. A este organismo, subordinava-se a “célula” em que Lyndolpho atuava (SANCHES, 2000: 53 e 72).

Nas muitas declarações que deu sobre a sua própria militância, Lyndolpho diz pouca coisa a respeito de sua atuação no Sertão Carioca, exceto ao que se refere à sua participação na luta da Fazenda Coqueiros. É provável que H. R. Faria já estivesse atuando ali antes de sua chegada. Diz ele que antes de “chegar lá”, “já existia um movimento e uma associação de posseiros na região”, a ALFC. Segundo Lyndolpho, estes “estavam muito cheios de razão porque eles têm muitos anos lá e sabiam disso, mais de 30 anos [...] E era fácil você defender o direito desse pessoal...deles se defenderem inclusive pelo tempo que eles tinham nas terras.”

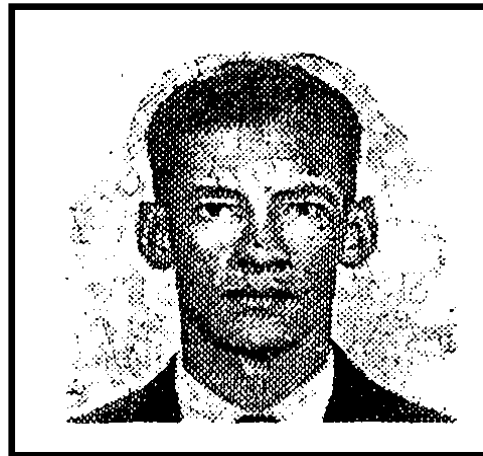
Mesmo militando há pouco tempo na região, Lyndolpho conseguiu aprovar duas “Teses” no I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal, realizado na sede da ALFC em 1953. Todas referentes ao “benefício pessoal do lavrador”: a de nº 2 propunha “não ser admitida a retomada da terra trabalhada em culturas ou criação”; e a de nº 3 defendia a proibição da “exploração, em parceria, entre o proprietário e o lavrador”.⁴¹ Nesse mesmo ano começou a atuar em instâncias nacionais do movimento rural, sendo eleito membro permanente da I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Isso lhe conferiu certo peso para que no ano seguinte se tornasse diretor da ALFC. Foi nessa condição que assinou, por exemplo, o manifesto de convocação da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas de 1954 (*Terra Livre*, 2º quinzena de Julho de 1954: 3). Ainda em 1954, tornou-se um dos redatores-chefes do jornal *Terra Livre*, principal instrumento de agitação e propaganda

⁴⁰ Arquivo Lyndolpho Silva/CPDA. Série Correspondências.

⁴¹ APERJ. Fundo DPS/ 1881: “I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal”(1953), fl. 7, doc. 8.

A EXPERIÊNCIA DA TEORIA DAS “TESES” NA PRÁTICA DA “LAVOURA”:
PEQUENOS LAVRADORES, MILITANTES COMUNISTAS E LUTA
PELA TERRA NO SERTÃO CARIOCA (1945-1964)

no campo do PCB (COSTA, 1996: 50). Participou ainda da criação da Associação dos Lavradores do Sertão Carioca (ALSC), sendo eleito seu vice-presidente (*Terra Livre*, 2ª quinzena de agosto de 1954: 5).



7. Lyndolpho no início da década de 60. *Terra Livre*, outubro de 1961: 1.

Dos militantes comunistas que atuaram no Sertão Carioca, Lyndolpho Silva era o que talvez tivesse maior inserção junto à direção nacional do PCB. Por conta disso, o pesquisador Luiz Sanches argumenta que Lyndolpho era primordialmente um homem do aparato partidário no movimento dos trabalhadores rurais, disciplinadamente imbuído da tarefa de defender as posições do Comitê Central no interior do movimento (SANCHES, 2000: 70).



8. Uma das capas do jornal dirigido por Lindolpho em prol da defesa dos trabalhadores rurais do país. *Terra Livre*, 2ª quinzena de junho de 1956: 1

Portanto, na prática, isso exigia que Lyndolpho, como líder sindical e redator do *Terra Livre*, agisse no sentido de fortalecer o movimento sindical no campo por meio da criação de organizações e da realização de eventos, como as Conferências e Congressos de âmbito regional e nacional. Em função disso, tornava-se imperativo que as organizações criadas no Sertão Carioca não se limitassem à resolução de problemas que só dissessem respeito aos seus lavradores. É nítida a preocupação de seus dirigentes, entre eles Lyndolpho Silva, em fazer com que essas organizações se constituíssem elas mesmas em engrenagens da rede sindical que os comunistas procuravam tecer por todo país. Por isso mesmo a assembleia de fundação da ALSC, “realizada com 19 pessoas e o apoio de 80 lavradores”, tratou, entre tantas coisas, justamente de eleger 11 delegados à II Conferência Nacional (*Terra Livre*, 1º quinzena de 1954: 6.).

Nesse evento foi criada a ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. E o seu primeiro presidente eleito foi o próprio Lyndolpho. Segundo ele um dos principais motivos para isso teria sido sua atuação no Sertão Carioca:

... é critério do Partido, naturalmente, critério natural, quer dizer, de colocar na frente da ULTAB, na frente do trabalho da ULTAB ... pessoas na direção, aqueles companheiros que tiveram um certo destaque, mas não só destaque... mas a importância do trabalho que desenvolveram mesmo sem muito destaque, vamos dizer assim publicamente, mas desenvolveram algum trabalho com alguma eficiência em algum lugar onde atuavam. Então, pra você ver o seguinte: quem constitui a executiva da ULTAB, propriamente dito, que veio para cá, foi o Tibúrcio, eu, e o José Portela... Tibúrcio lá de Goiás, que participou da campanha... da luta...que se não me falha a memória foi a luta de Formoso...veio o Portela que era arrendatário aqui na Alta Sorocabana, companheiro de toda época de colheita e venda de algodão, tinha luta séria ali na região...alguém de luta de posseiros, nas quais ele participou...e eu, que na verdade estava começando um trabalho de organização dos trabalhadores do campo, na área sobretudo de posseiros, no Estado do Rio de Janeiro. Então, esses...não é a toa, entendeu, que foram esses os companheiros que integraram aqui a direção da executiva... do trabalho do dia a dia da ULTAB. (apud COSTA, 1994).

Em 1955, como dirigente da ULTAB, Lyndolpho deixou o Distrito Federal para militar no interior de São Paulo, onde daria especial atenção à categoria dos “bóias-frias”.⁴² Mas as Associações por ele fundadas atravessariam toda a década de 50 e seriam a base da criação das Associações Rurais da década de 60.

⁴² *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, p. 5429.

A EXPERIÊNCIA DA TEORIA DAS “TESES” NA PRÁTICA DA “LAVOURA”:
PEQUENOS LAVRADORES, MILITANTES COMUNISTAS E LUTA
PELA TERRA NO SERTÃO CARIOCA (1945-1964)



9. Coluna de Lindolfo sobre direitos no campo. *Terra Livre*, 1ª quinzena de julho de 1956: 4.

Considerações finais

Estudos mais recentes - a exemplo da pesquisa de Marco Aurélio Santana - têm revelado outras facetas da atuação política desses militantes. Com base em copiosa documentação da época (mormente a reunida ao longo de décadas pelas várias divisões da polícia política de então) e em face de uma maior problematização dos testemunhos de antigos militantes, as reflexões históricas mais atuais sobre os partidos políticos e *seus homens* têm conseguido se desprender das avaliações e julgamentos de antigos militantes, mais preocupadas em saber se aqueles serviam mais ao partido (e sua cúpula) ou as classes que ele deveria representar. Avaliações estas, que além de dicotômicas, naturalizam os conceitos que elas pretensamente buscam confrontar. Mais do que simplesmente averiguar até que ponto esses militantes cumpriram em suas práticas com as diretrizes da cúpula dirigente, um caminho de análise bem mais frutífero parece ser o do exame dos impasses e reais contradições engendradas e tornada visíveis na e pela atuação concreta desses agentes junto aos grupos que eles diziam “mobilizar”. Mas essa é uma outra história, a ser contada em outro momento.

É preciso ter em vista que os militantes comunistas atuaram sobre o movimento de luta pela terra no Sertão Carioca como também este influenciou aqueles agentes. Ao mesmo tempo não se pode esquecer que aqueles militantes não formavam um bloco homogêneo totalmente controlado e manipulado pela cúpula pecebista. A própria ligação com o movimento daqueles lavradores motivou e foi motivado por disputas de diferentes grupos e personalidades no interior daquele partido. Isso fica mais claro durante a vigência da linha do “Manifesto de Agosto” a partir de 1950. Enquanto a direção do partido propugnava pela ação armada, os militantes-advogados que atuavam na zona rural trabalhavam pela articulação de organizações de cunho sindical e punham em prática estratégias que tinham como ponto de apoio artigos do código civil brasileiro. Ou seja, enquanto a cúpula dirigente pregava a ruptura da ordem por parte dos camponeses, seus militantes tratavam de fazê-los atuar por dentro das malhas da lei.

Finalmente cabe mencionar o permanente esforço do movimento dos lavradores, muito impulsionado que foram pelos militantes políticos, em estabelecer laços de solidariedade com outros movimentos sociais, como a dos “posseiros” da Baixada Fluminense e dos moradores dos morros cariocas. Embora tais ligações não tenham tido a mesma amplitude e intensidade que a inserção que o movimento conseguiu por meio da imprensa e das disputas no legislativo carioca, as ligações com outros movimentos foram os momentos mais expressivos do propósito de alguns segmentos dos grupos de “posseiros” do Sertão Carioca em integrar o seu movimento no conjunto das lutas da classe trabalhadora brasileira da época. Tal fenômeno revelava o quanto tais militantes estavam inseridos num verdadeiro campo de forças envolvendo vários partidos (e não apenas de esquerda), grupos, entidades, personalidades, lideranças e instituições governamentais. Ou seja, a lógica que informava a ação daqueles militantes extrapolava em muito os ditames da cúpula do partido ao qual estavam ligados. Por mais poderoso que ele pudesse ser (o que efetivamente esteve longe de ter ocorrido).

Em que pese as diferentes lógicas e interesses que moviam cada um daqueles agentes, a disputa que se deu entre eles pelo direito de falar sobre e pelos lavradores cariocas fez com que esses acabassem tendo reconhecida a sua existência enquanto grupo político, um grupo que naquela conjuntura tinha, acima de tudo, seus direitos ameaçados com a destruição da agricultura do Sertão Carioca. É muito difícil imaginar a repercussão obtida por essas lutas na imprensa carioca sem levar em conta o papel da atuação de tais militantes nesse processo.

Referências

- BRASIL. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1940.
- BRAZIL, E. *A fazenda de Santo Antonio da Curicica*. Rio de Janeiro: s.n.t., 1953.
- CARONE, E. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, F. de. *Os sete matizes do vermelho*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
- CORRÊA, M. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936.
- COSTA, L. F. C. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense/UFRRJ, 1996.
- COSTA, L. F. C. *Lyndolpho Silva: a construção da rede sindical brasileira. Estudos Sociedade e Agricultura*, 1994, v. 2, p. 67-88.
- COSTA, L. F. C. *Prática política no campo: uma experiência da militância comunista – entrevista: Nazareno Ciavatta. Estudos Sociedade e Agricultura*, 1995, vol. 5, nº 5, p. 2-10.
- CUNHA, P. R. R. da. *“Aconteceu longe demais”*. A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964. Dissertação de mestrado dirigida por Vera Lúcia M Chaia. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1994. 290p.
- DEZEMONE, M. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. 302p.
- FERREIRA, J. (ed.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001.
- GRYNSZPAN, M. *Luta política, gênese de atores e reconfiguração do espaço. Tempo*, Niterói, v. 6, n. 12, p. 113-132, 2001.
- HOBSBAWM, E. *Os camponeses e a política*. In *Pessoas extraordinárias – Resistência, Rebelião e Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOBSBAWM, E. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- HOBSBAWM, E.; RUDÉ, G. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LEANDRO, J. *Depoimento*. Fortaleza: s/ed., 1988.

MADEIRA, J. Nas nossas terras o partido somos nós. A rede do Partido Comunista Português nos campos. In: FREIRE, D.; FONSECA, I.; GODINHO, P. (Ed.). *Mundo Rural. Transformações e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983

MARTINS, J. de S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J. de S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, J. de S. *A militarização da questão agrária no Brasil*(terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1985.

MATTOS, M. B. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

MEDEIROS, L. S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*. Comunistas e a constituição de classes no campo. Tese de doutorado dirigida por Maria Nazaré Baudel Wanderley. Campinas: Universidade Estadual de São Paulo, 1995. 400p.

MEDEIROS, L. S. Luta por terra e organizações dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: ROYO, M. D.; MORAES, J. Q. (ed.) *História do marxismo no Brasil* – vol. 4. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1998. p. 211-248.

MORAES, D. de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOTA, M. S. C. *Nas terras de Guaratiba*. Uma aproximação histórico-jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI-XIX. Tese de doutorado dirigida por Maria Veronica Secreto. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

NUNES, G. *Favela: resistência pelo direito de viver*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ORGANISTA, J. H. C. *O processo civilizador do malandro: canção e política no tempo de Vargas*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001. 250p.

PEDROZA, M. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas no Sertão Carioca (1950-1968)*. Dissertação de mestrado dirigida por Claudia Wasserman. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. 320p.

PRADO Jr, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

A EXPERIÊNCIA DA TEORIA DAS “TESES” NA PRÁTICA DA “LAVOURA”:
PEQUENOS LAVRADORES, MILITANTES COMUNISTAS E LUTA
PELA TERRA NO SERTÃO CARIOCA (1945-1964)

PRESTES, A. L. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PUREZA, J. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. 110p.

REIS FILHO, D. A. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: MORAES, J. Q.; REIS FILHO, D. A. *História do marxismo no Brasil*, vol. I. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

REZNIK, L.; PEREIRA, M. G. De Polícia Federal a Departamento Estadual: O DOPS e sua evolução administrativa – 1955 a 1983. In: *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1997.

RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira B* (O Brasil republicano). São Paulo: Difel, 1986.

SANTANA, M. A. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANCHES, L. E. *Lyndolpho Silva*. Biografia de uma militância. Dissertação de mestrado dirigida por Luiz Flavio Carvalho Costa. Itaguaí: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, O. O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses (1954). In: SANTOS, R. (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.

SANTOS, L. S. dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. 276p.

SOMBRA, L. H. Ruptura ou permanência? In: *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1997.

WELCH, C.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOLF, E. *Las Luchas campesinas Del siglo XX*. Ciudad del Mexico: siglo veintuno editores s.a., 1972.

Recebido em: 14 de fevereiro de 2019

Aceito em: 02 de junho de 2019